



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

POPULAÇÃO NEGRA E RACISMO NO BRASIL: DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS E SUBALTERNIZAÇÃO

Kíssia Wendy Silva de Sousa¹
Luciana Batista de Oliveira Cantalice²

Resumo: Este artigo trata do racismo enquanto um fator determinante da formação da sociabilidade brasileira. Metodologicamente, utilizamos a pesquisa bibliográfica embasada no materialismo histórico e dialético. As pesquisas demonstram o imbricamento entre desigualdade social e questão racial no desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, cujos espaços subalternizados são destinados à população negra.

Palavras-chave: Racismo; população negra; Brasil; sociabilidade.

Abstract: This article deals with racism as a determinant factor in the formation of Brazilian sociability. Methodologically, we use bibliographic research based on historical and dialectical materialism. Research shows the overlap between social inequality and racial issues in the Brazilian socio-historical development, whose subalternated spaces are destined for the black population.

Keywords: Racism; black population; Brazil; sociability.

INTRODUÇÃO

Cumpramos observar que este trabalho é fruto das pesquisas e discussões realizadas em um grupo de estudos sobre Serviço Social e Políticas Sociais na Universidade Federal da Paraíba, cuja ênfase está centrada na linha de políticas públicas para as mulheres.

Qual a pertinência de se abordar a temática do racismo? Partimos da premissa de que os efeitos nefastos do racismo e toda sua lógica são fatores determinantes da sociabilidade brasileira, seja pelos séculos em que a população negra foi escravizada neste país ou pelo modo que o capitalismo se apropriou dessa forma de dominação e subordinação para manter privilégios das elites ao longo dos anos.

A população negra esteve submetida ao jugo da escravidão por mais de três séculos nesta terra chamada Brasil, cuja existência estava condicionada a de propriedade privada, seres considerados sem alma, mais um “instrumento” de trabalho nas mãos dos senhores de escravos e das sinhás. Trabalhando até a exaustão ou mesmo até a morte em casos mais extremos, submetidos a castigos físicos, a um processo de aculturação ou expropriação cultural, deslegitimação e negação de direitos, os mais básicos, pretos e

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <kissiawendy@hotmail.com>.

² Professor com Formação em Serviço Social. Universidade Federal da Paraíba.

pretas eram objetificados e não tinham o domínio de seus corpos e vidas, costumes e práticas religiosas.

Nessa direção, cabe afirmar a necessidade de se pensar a questão racial no Brasil de forma estrutural e estruturante, ela antecede o capitalismo e é responsável pela constituição do processo colonial e da formação do Estado. Sendo o racismo um elemento basilar no processo de constituição da sociabilidade brasileira.

No tocante ao período pós abolição da escravatura, há uma inserção controversa da população negra na dinâmica da sociedade, aliada a supremacia branca europeia no mundo e a um processo de miscigenação em que, de forma estratégica, são trazidos imigrantes europeus ao Brasil numa tentativa de embranquecimento da nação. Há uma negação histórica da identidade negra e de seu lugar no mundo.

Com o estabelecimento do modo de produção capitalista na sociedade brasileira, mais uma vez, o racismo é acionado como um mecanismo de defesa dos interesses das elites instauradas no país. Como herança do legado da escravidão, além da dinâmica desigual do capitalismo e da inserção periférica do Brasil na economia mundial, negros e negras são alvo de um processo permanente de subalternização social.

Assim, este trabalho tem como objetivo discutir os processos de subalternização da população negra na sociedade brasileira, o que se dá em consequência da ação devastadora do racismo que opera na condição de elemento fundamental para formação social desta nação. Buscamos trazer uma análise respaldada na totalidade, de forma a apreender a forma pela qual o racismo interfere na vida da população negra, entendendo também a particularidade da parcela feminina, que pela interferência da diferenciação entre homens e mulheres na sociedade, colocam as mulheres numa posição subalternizada.

O presente artigo está dividido em três seções: na primeira, buscamos fazer uma discussão que demonstre a forma pela qual o racismo, em seu caráter estrutural, age como fator determinante da formação social e histórica do Brasil; na seção que se segue, traçamos uma análise acerca da ação imbricada do racismo e sexismo, como formas de opressão e exploração das mulheres negras, sem perder de vista as questões de ordem classista; e, por fim, trazemos algumas considerações finais, mas não conclusivas, dada a complexidade do fenômeno abordado, o que requer a continuação dos estudos acerca da temática.

Racismo: um traço marcante na nação brasileira

No Brasil, o escravismo durou aproximadamente quatro séculos. Sendo, portanto, inegável o fato de que a formação social e histórica deste país é profundamente marcada pelo racismo e suas práticas nocivas, que impediram que a população negra pudesse acessar até mesmo os direitos mais básicos, como: saúde, educação, moradia e alimentação digna. Isso sem contar que tal população sequer era considerada gente, além de ser forçada a exercer trabalho sem receber contrapartida financeira.

Nessa medida, convém dizer que, a discussão acerca do conceito de raça é fundamental para uma compreensão dialética da questão social inerente a formação sócio-histórica brasileira. É preciso o entendimento de que a relação existente entre raça e classe se apresenta na condição de estrutural e estruturante das relações sociais, considerando que o racismo é uma das ferramentas dessas relações engendradas no solo Brasileiro.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (ALMEIDA, 2018, p.25).

Cumprir observar que, desde a mais tenra idade as pessoas negras têm sido vítimas de práticas sistemáticas de agressão, incluindo as crianças, o que não decorre de situações isoladas, eventuais, casuais e individualizadas, antes corresponde a uma dinâmica de desigualdade estabelecida na sociedade brasileira.

Com a abolição da escravatura, temos então a população negra “livre” dos grilhões da escravidão porém, acorrentadas por não terem sido integradas à sociedade brasileira e sim relegadas a uma existência perpassada pela marginalidade social, sendo entregues a sua própria sorte, inclusive porque a exploração da população negra por meio do exercício do trabalho escravizado

[...] colocou à margem seu principal agente construtor, o negro, que passou a viver na miséria, sem trabalho, sem possibilidade de sobrevivência em condições dignas. Com o incentivo do governo brasileiro à imigração estrangeira e à tentativa de extirpar o negro da sociedade brasileira, houve maciça tentativa de embranquecer o Brasil. Provavelmente o mais cruel de todos os males foi retirar da população negra a sua dignidade enquanto raça remetendo a questão da negritude aos porões da sociedade. O próprio negro, em alguns casos, não se reconhece, e uma das principais lutas do movimento negro e de estudiosos comprometidos com a defesa da dignidade humana é contribuir para o resgate da cidadania do negro. A pobreza e a marginalidade a que é submetida a mulher negra reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, que em muitos casos inibe a reação e luta contra a discriminação sofrida (SILVA, 2003, s.p.).

O negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do Negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários dos trabalhadores no seu conjunto (MOURA, 2014, p.219).

Desse modo, são estabelecidas no Brasil relações de assimetria entre brancos e negros deste o período colonial, mas não se restringindo a esse lapso temporal, haja vista que as formas de racismo vão sendo adequadas às exigências socialmente postas para garantia da manutenção dos privilégios das elites brancas. O mesmo ocorrendo quando do surgimento e desenvolvimento do capitalismo nesta nação.

O racismo, de acordo com esta posição é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais as novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2018, p.144).

Existe, portanto, uma batalha violenta do ponto de vista de conquistar um espaço para a pessoa negra na realidade brasileira em que, é preciso pontuar que a questão negra não é tão somente uma questão econômica e social, haja vista o racismo ser um dos pilares fundamentais na constituição e desenvolvimento desta nação.

A propagação da ideia da existência de uma harmonia entre as raças na sociedade brasileira, corrobora com a instituição do mito da democracia racial, o qual nega a existência do racismo ao promover o escamoteamento da desigualdade racial existente neste país, além de respaldar-se em um regime autoritário e explorador.

Pela via da miscigenação, processo que não ocorreu por acaso e que corresponde a mistura de pessoas brancas e negras, os casamentos inter-raciais, cujo objetivo é promover a chamada limpeza racial no Brasil, através do clareamento da pele, além do clareamento e esquecimento de tradições e costumes que marcam o lugar do/a negro/a em sociedade, promove-se invisibilização e silenciamento da população negra na sociedade brasileira.

Destarte, pela negação da existência da desigualdade entre as raças no Brasil, não são discutidos e nem considerados os impactos desse processo em nível da formação da consciência nesta nação, embora seja o Brasil um país marcado pela divisão racial, onde torna-se perceptível que o modo de ser e estar, ou seja, a sociabilidade brasileira é organizada e mesmo ditada pelo controle pleno e total de um grupo sobre a vida do outro grupo.

Ademais, muito embora parte da população acredite que o debate do racismo esteja superado ou não se faça necessário, as condições materiais de produção e reprodução da população negra revelam que o racismo tão somente vai ganhando novas formas e inovadas razões de ser e existir, ainda que resguardando sua essência de primar pela

permanência dos privilégios de um grupo racial sobre o outro, buscando-se fazer perpetuar a supremacia branca masculina.

Há de se ressaltar, todavia, que a dinâmica que corresponde ao processo de ser pessoa negra no Brasil é perpassada por duas questões: a) silenciamento e opressão, em que a negação e a exploração da população negra, coloca o/a negro/a em um “não lugar” e isso se reflete nas questões raciais no país; b) luta e resistência, posto que as pessoas negras vem fazendo o enfrentamento desde os primórdios tanto para garantir sua sobrevivência como a de seus modos de vida, à exemplo da música, da dança e da culinária de influências africanas que de algum modo resistiram a tantas formas de combate a que foram submetidos ao longo dos anos.

A mulher negra: particularidades do racismo

O debate do racismo também demarca a necessidade de se analisar a particularidade da parcela feminina, ou seja, das mulheres negras, haja vista elas serem atingidas por discriminações em três dimensões interconectadas: a raça, a categoria mulher e as questões de ordem classista. De forma que o racismo, o sexismo e as desigualdades sociais são fatores que afetam as formas de produção e reprodução da vida destas mulheres, que tem sua experiência social perpassada pela desumanização, pelo embrutecimento e por papéis coadjuvantes.

Desde o período da escravidão brasileira que as mulheres negras já são afetadas de maneira diferenciada em relação aos homens negros e também em relação às mulheres brancas, uma vez que além de serem “instrumentos” de trabalho forçado e não remunerado, as mulheres negras também eram usadas enquanto objeto sexual para satisfação dos desejos de seus senhores, servindo também para aumentar a população de escravizados/as. Além do mais,

A lógica da sociedade patriarcal e escravista parece delinear seus contornos mais brutais no caso da mulher escrava. A apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual do seu corpo, que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão (GIACOMINI, 1988, p. 164).

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 469).

Ocorre, nesse sentido, um processo de hipersexualização das mulheres negras, vistas como disponíveis para satisfação dos desejos dos senhores e não obstante a isso, há uma total apropriação dos corpos das mulheres negras a serviço dos interesses das elites brancas. Esses corpos não pertencem as mulheres negras, pertencem a sociedade, ao Estado, a diversas esferas que não a elas.

Nessa linha de raciocínio, é válido mencionar que, do ponto de vista da constituição do espaço social da mulher negra e em relação a construção de sua figura quando da reconfiguração da sociedade brasileira no período pós abolição da escravatura, torna-se evidente que

A mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação 'profissional': doméstica e mulata. A profissão de 'mulata' é uma das mais recentes criações do sistema hegemônico no sentido de um tipo especial de 'mercado de trabalho' [...] produto de exportação (GONZALEZ, 1979, p. 13).

Para as mulheres negras sempre é reservado o lugar menor, aquele da subalternização, do menor salário, do desrespeito com relação a sua capacidade profissional, intelectual. Além do mais, de acordo com Carneiro (2003) as mulheres negras não se sentiram e nem foram de fato contempladas pelas lutas das feministas pelo direito ao trabalho e ao não confinamento ao espaço doméstico, uma vez que das negras foi subtraída a característica da fragilidade, haja vista nunca terem recebido tratamento diferente daquele voltado para os homens, tendo elas exercido trabalho desde sempre, o que particulariza as negras dentro da categoria ampla de mulheres e confere a elas uma identidade objetificada.

Existe um lugar de subalternidade historicamente colocado para as mulheres negras seja no período escravocrata, seja no processo de reconfiguração do Brasil pós abolição. São questões, demandas e vivências particulares que pressupõem uma forma específica de pensar as categorias racismo e mulher e suas consequências para a produção e reprodução das negras no Brasil.

Dessa maneira, convém ressaltar que as mulheres negras são as que mais encontram dificuldades no que tange à possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal e também no que diz respeito ao reconhecimento valorativo do trabalho por elas exercido. São as negras que recebem os menores salários, comparando-se a remuneração destas aos salários dos homens negros, das mulheres brancas e, sobretudo, dos homens brancos. (DIEESE. Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos. Pesquisa de emprego e desemprego – PED). O que revela na contemporaneidade que, a vida das mulheres negras continua sendo perpassada pela ação do racismo e também do sexismo.

O Atlas da Violência de 2019 demonstra que a taxa de homicídios da população negra foi de 43,1, enquanto a taxa referente à população não negra foi de 16,0, o que implica dizer que das pessoas assassinadas no país, 75,5% são pretas ou pardas. No que

toca à categoria feminina e ainda de acordo com a Atlas da Violência, no decênio de 2007 a 2017, a taxa de homicídio para cada 100 mil mulheres não negras elevou-se em 1,6% e aumentou 29,9% em relação as negras. A proporção de vítimas da violência letal em 2017 aponta que 66% das mulheres assassinadas no país são negras.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que, pensar a questão das mulheres negras no Brasil, requer o entendimento de que parte de uma realidade diferente, que exige estratégias diferentes em relação ao conjunto das mulheres e também dos negros, não há como universalizar a questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da existência do racismo em solo brasileiro e, sobretudo, da necessidade de se enfrentar e combater essa realidade de opressão e violência, constitui-se como uma tarefa cotidiana que requer ações coletivas, capazes de mover a estrutura. Sabendo-se, todavia, que não diz respeito a uma tarefa fácil, mas a resistência sempre esteve presente na existência dos/as pretos/as. Partimos da premissa de que não há uma dimensão sendo destacada, antes buscamos a primazia de uma análise que busque apanhar, a partir da totalidade, a forma pela qual os determinantes dos complexos sociais de desigualdade se inscrevem na sociabilidade brasileira.

A importância de se debater o racismo consiste na existência de estruturas de dominação presentes na sociedade brasileira. O racismo está presente em todas as esferas da vida social, impondo aos/as negros/as espaços subalternizados, além da cotidiana convivência com um vasto sistema de opressões.

Ademais, é importante lembrar que a situação das mulheres negras requer um destaque em função da ação associada do racismo e do sexismo, para além das questões classistas que resultam numa discriminação em três dimensões interconectadas, visto que “o racismo e o sexismo são, sem dúvida, expressões desse complexo de desigualdades assentadas no sistema patriarcal-racista-capitalista” (CISNE, 2018, p. 101).

Destarte, precisamos trazer ao centro do debate as seguintes questões: a) as dimensões social e racial precisam ser consideradas do ponto de vista de seu imbricamento no que tange a formação social e histórica da sociedade brasileira, portanto o racismo é além de uma categoria de análise, consiste num fator determinante da forma de experiência social da população negra, marcada pela subserviência, pela opressão, pela exploração; b) a interconexão do racismo com o patriarcalismo, coloca às mulheres negras no espaço social de aprofundamento da subalternização, por interferir direta e contundentemente na

forma de vida e existência destas mulheres, sobretudo em uma nação forjada na exploração e subjugação assentadas na questão racial e no patriarcado; c) embora no imaginário social possa existir a ideia de que a população negra tenha a capacidade intelectual limitada, ou que tenha maior propensão a cometer crimes, ou ainda, que seja uma população de postura passiva num extremo ou agressiva num outro extremo, há de se ressaltar que negros/as sempre construíram histórias de resistência aos sistemas de opressão.

Desse modo, entendemos que a defesa intransigente de uma sociedade emancipada do racismo, das desigualdades sociais, das imposições patriarcais e demais sistemas de opressão, precisa ser construída por uma luta coletiva, cuja organização esteja pautada na solidariedade. Nessa medida, é preciso racializar o debate, visto que o racismo não foi extinguido de nossa sociedade, além de promover a articulação entre categorias analíticas, de forma a apreender a totalidade social em suas diversas dimensões.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Atlas da Violência/2019, **IPEA.**/ Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2017.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKAN CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos** (p. 49-58). Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

DIEESE. **Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos.** Pesquisa de emprego e desemprego – PED. DIEESE, 2015.

GONZÁLEZ. Lélia. **O papel da mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica.** Los Angeles, 1979. P.25. Mimeografado.

GIACOMINI, Sonia. **Ser escrava no Brasil.** *Estudos Afro-Asiáticos*; v. 15, p. 145-170, 1988.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** São Paulo: Fundação jmMaurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014, p.219.

SILVA, Maria Nilza. **A mulher negra.** Revista Espaço Acadêmico, Maringá: UEM, ano II, n.22, 2003.